

EDUCACIÓN, PUEBLOS INDÍGENAS Y MIGRANTES: REFLEXIONES DESDE MÉXICO, BRASIL, BOLIVIA, ARGENTINA Y ESPAÑA

GABRIELA NOVARO, ANA PADAWER,
ANA CAROLINA HECHT (COORD.) BUENOS AIRES,
EDITORIAL BIBLOS, 2015, 396 P.

Por: Sidnei Marco Dornelas

Este livro reúne textos que expõem trabalhos de pesquisa que tratam de duas realidades humanas diferentes, vistas separadamente, mas que também se cruzam e possuem características comuns: os indígenas e os migrantes. Os textos são o resultado do intercâmbio entre pesquisadores em antropologia e educação, de países como o Brasil, a Argentina, a Bolívia, o México e a Espanha. Além da preocupação com o âmbito da ação escolar e educacional, e sua significação político-institucional, também aborda problemáticas de ordem étnica e cultural. Sua preocupação comum é a articulação de olhares sobre os povos indígenas e os migrantes, na medida em que ambos são “populações em movimento”. São textos com uma opção clara, ao defenderem que a escola pode dialogar com a realidade de deslocamento e diversidade cultural, de indígenas e migrantes, e enfocarem as manifestações de seu protagonismo, seja como povos indígenas, seja como migrantes. Como Elsie Rockwell discorre na introdução ao livro, o tema da diversidade e dos contatos culturais, em relação aos grupos estudados (indígenas e migrantes), atravessa todos os textos, e leva à discussão em torno de um leque amplo de questões e paradoxos, envolvendo a escola e essas populações atendidas. Em todos eles existe a preocupação em se afastar de uma visão essencialista da realidade indígena. Por isso, a maioria dos autores assume o compromisso de fazer ouvir as vozes e observar as práticas educativas de povos indígenas e migrantes em relação à escola.

O livro se desdobra em três partes, nas quais se procura reunir os textos dos artigos conforme o escopo principal de seu estudo: a realidade da educação vivida pelos migrantes e populações indígenas; o protagonismo dos povos indígenas na prática educativa e escolar; a relação entre educação e migração. A primeira parte, intitulada “*Situación educativa de los pueblos indígenas y migrantes*”, inicia com um texto de Ana Carolina Hecht, Mariana Palacios, Noelia Enriz e Maria Laura Diez, que estuda a “*Interculturalidad y Educación en*

Argentina”, o qual discute o conceito polissêmico de interculturalidade, e sua aplicação no campo da educação de povos indígenas na Argentina. Para tanto, faz um levantamento sobre a população indígena na composição demográfica do país, e o desenvolvimento de uma política educacional direcionada a essa população por parte do Estado. A partir desse histórico da diversidade sócio-étnica no sistema educacional do país, os autores refletem sobre os usos da “interculturalidade” nas políticas educacionais recentes, tendo como eixo o intercâmbio de estudos de antropologia e educação. Nesse texto, como em outros desse livro, se faz uma avaliação dos efeitos da “Educación Intercultural Bilingüe” (EIB). Ainda nessa linha de levantamento da realidade da educação indígena, o segundo texto focaliza a realidade brasileira. O texto *“Una mirada a los procesos de educación escolar de los pueblos indígenas en Brasil”*, de Maria Aparecida Bergamaschi, estuda a expansão de escolas indígenas em seus próprios territórios, que ela denomina “escolas em movimento”, ou “em processo”. Após apresentar um quadro sucinto sobre o crescimento das escolas indígenas na primeira década do século XXI, focaliza a trajetória da educação indígena no Brasil, a partir dos seus estudos junto aos povos Kaingang e Guaranis, destacando as características da institucionalização da escola indígena em seus territórios. O terceiro texto, *“De las teorías educativas a las prácticas políticas: repensar La educación en Bolivia bajo los gobiernos de Gonzalo Sánchez y Evo Morales”*, de Denise Arnold, traz à tona uma discussão sobre o quadro político e institucional da educação indígena na Bolívia, comparando os discursos e as práticas propostas na Reforma Educativa entre os anos 1994 e 2012. Esse estudo comparativo leva a relativizar muito as conquistas anunciadas pelo governo depois de 2004. Por fim, essa parte se conclui com o texto *“Diversidad e Interculturalidad: una propuesta conceptual, metodológica y política para su abordaje en el ámbito educativo”*, de Rosa Guadalupe Zuany, Yolanda Jimenez Naranjo, Gerardo Alatorre Frenk y Gunther Dietz, o qual se propõe a delimitar conceitualmente noções como cultura, identidade, diversidade, multiculturalidade e multiculturalismo. Dessa discussão teórica, os autores pretendem apresentar um quadro sistêmico das relações entre os estudos interculturais e a educação intercultural, distinguindo três eixos articulados entre a dimensão intercultural, aquela inercial (entre atores) e a interlíngua (entre línguas). Esse quadro compreensivo poderia ajudar numa atuação participativa e intercultural nos processos de construção e incidência nas políticas educativas.

A segunda parte do livro, *“Pueblos indígenas y educación: entre la escuela y las organizaciones comunitarias”*, busca focar as diversas faces do protagonismo dos povos indígenas nas práticas educativas. O primeiro texto dessa parte, *“La relación entre la escuela y la comunidad indígena en México: un reto sociocultural”*, de Adriana Robles e Ruth Paradise, estuda a experiência do povo Mazahua no estado do México. Esse estudo relata como uma determinada comunidade indígena, por meio da convivência e participação no cotidiano da escola, reformula o objetivo inicial da implantação da escola no meio rural: não

mais como uma ferramenta de introdução da modernidade na vida dos povos indígenas, como proposta pelo Estado, mas como um meio para solidificação dos laços étnicos, culturais e geracionais, utilizada pelas famílias da comunidade. O texto seguinte, *“Mujeres indígenas: trayectorias educativas de três referentes comunitárias en la Argentina”*, de Mariana Palacios, Ana Padawer, Ana Carolina Hecht, Gabriela Novaro, faz a leitura comparativa da trajetória educativa e de militância de três lideranças indígenas femininas, de três diferentes etnias (toba/qom; mbya; migrante andia). Procurando conhecer melhor a construção do seu protagonismo político, as autoras problematizam suas relações com sua origem familiar e comunitária, com os âmbitos escolares e religiosos em que se formaram, e seu deslocamento para o meio urbano, no enfrentamento com as instituições da sociedade nacional. O terceiro texto, intitulado *“Aprendizajes y vida cotidiana entre los niños y niñas xakriabá”*, de Ana Maria R. Gomes, Rogério Correia da Silva y Verônica Mendes Pereira, estuda as práticas educativas cultivadas no território da comunidade indígena xakriabá, no norte de Minas Gerais, por meio do projeto Programa de Implantação Escolas Indígenas (PIEI). O estudo trabalha como as formas de escolarização indígena se relacionam com as práticas de socialização das crianças no interior da comunidade, principalmente em sua relação com os seus membros mais velhos. As formas de socialização de meninos e meninas, dentro da tradição indígena, são focalizadas em dois exemplos específicos, mostrando o seu envolvimento progressivo e integração no modo de vida da comunidade. O quarto texto dessa parte, *“‘Cuando los antropólogos son indígenas’: una discusión sobre la producción académica de autoría indígena”*, de Mariana Paladino, trata do tema da inserção dos indígenas na educação superior no Brasil. Resultado dos avanços da educação indígena no país, a crescente presença de indígenas em diversas áreas da academia, levou a autora se questionar como pesquisadores indígenas se veem atuando no campo da antropologia. Através da entrevista de alguns desses indígenas, e examinando seus projetos de pesquisa, traz um retrato das motivações e objetivos que os guiam em sua passagem pela Universidade. Por último, essa parte do livro traz o texto *“La socialización indígena y escolarización de niños menores de sete años”*, de Mario Yapum, em que se estuda o quadro de institucionalização da educação infantil na Bolívia, e como ela se relaciona com as formas tradicionais de socialização nas famílias, a partir do estudo do caso da escolarização de crianças da etnia quéchua, na cidade de Tarabuco.

A terceira parte do livro tem por tema, *“Migración y Educación: transmisión de saberes y procesos de identificación en clave étnica y nacional”*, e focaliza a questão da educação da população migrante. O primeiro texto, *“Escolarización indígena en México: entre procesos migrantes, políticas interculturales y nuevos encubrimientos”*, de Gabriela Czarny Krischkautzky e Elizabeth Martínez Buenabad, trata da escolarização de crianças e adolescentes indígenas que vivem fora de seu território tradicional, ou em meio urbano, ou no deslocamento em busca de trabalho sazonal. Esse trabalho coloca em foco, por um lado, a questão

da redefinição das fronteiras étnicas em ambiente escolar, quando as famílias indígenas se situam num contexto urbano, e por outro, a situação da educação de crianças submetidas ao trabalho diarista em lavouras distantes, fora de seu território. O segundo texto, *“Educación y migración en la Argentina: expectativas familiares, mandatos escolares y voces infantiles”*, de Gabriela Novaro y María Laura Diez, estuda os processos de identificação étnica e nacional de crianças na família, bem como em contextos comunitários e escolares, a partir do estudo de duas localidades da Grande Buenos Aires. Depois de estudar os modos como nacionalismo e interculturalidade são propostos nos diversos ambientes desses bairros, considerando a bipolaridade vivenciada no interior da comunidade imigrante, as autoras se colocam à escuta de depoimentos de crianças que participam desses processos. O texto seguinte, *“Diversidad, desigualdad y abandono escolar: Estudiantes migrantes en el sistema educativo español”*, de Margarita Del Olmo, muda o cenário para a Europa, para analisar a socialização na escola espanhola de estudantes imigrantes. A partir de um estudo de caso, a autora procura fazer uma etnografia do modo como esses estudantes vivenciam os programas de inserção escolar institucionalizados pelo governo espanhol. O último texto, *“Políticas lingüísticas: de los sutiles mecanismos de regulación y gobierno de las migraciones”*, de Adela Ranzé Mudanó, tem como foco de estudo o modo como o Estado Espanhol tem concretizado um programa de ensino voltado exclusivamente para migrantes, distinto do que é feito para os estrangeiros em geral. A partir do estudo dos programas organizados pelo Instituto Cervantes, por meio da preparação de professores, publicação de cartilhas específicas e organização de cursos, a autora demonstra o efeito de reforço dos estigmas já vividos pelos migrantes em território espanhol.

Essa obra tem o grande mérito de colocar em relação temas que, sobretudo na América Latina, normalmente não são estudados conjuntamente, mas que possuem muitos pontos de contato e de mútua imbricação. Uma observação das questões emergentes do trabalho pastoral com imigrantes hispano-americanos no Brasil, na Argentina e em outros países, permite perceber como os temas de seus contatos interculturais e de sua condição de deslocamento social e político, possuem muitos pontos em comum com as problemáticas vividas pelos povos indígenas. E frequentemente, os mesmos sujeitos sociais vivenciam ambas as condições. Ademais, a abordagem da realidade da escola é tanto mais importante que, principalmente na formação das novas gerações, é um lugar que pode se constituir num verdadeiro “fato social total”, em que os múltiplos conflitos vividos nessa dupla condição, em toda sua complexidade, podem ser aguçados, mas podem também esboçar um novo horizonte de esperança. Assim, se a problemática é complexa, a leitura desses textos não deixa de nos dar esperança de que, justamente a partir de uma prática educativa consciente, um novo horizonte de liberdade e autonomia pode ser alcançado, seja pelos povos indígenas, seja pelos migrantes. Ou para ambos, quando eles se constituem ao mesmo tempo como migrantes e indígenas.